

Sexta-Feira, 08 de Maio de 2026

Mauro cobra leis mais duras contra quem provoca incêndios em Mato Grosso

"MALANDROS E IRRESPONSÁVEIS"

Da Redação

O governador Mauro Mendes cobrou leis mais rigorosas para punir os “malandros e irresponsáveis” que tem provocado incêndios criminosos no Estado.

Mauro concedeu entrevista, nesta segunda-feira (16.09), para a Jovem Pan News.

De acordo com ele, o Congresso Nacional precisa criar leis mais severas, com penas mais pesadas para quem comete crimes ambientais, a exemplo dos incêndios.

“Tem gente que, por irresponsabilidade, por maldade ou por interesse criminoso, está colocando fogo no nosso estado. Isso não pode mais acontecer. Precisamos endurecer as leis e punir com rigor quem tenta destruir o nosso futuro, o nosso meio ambiente e a nossa produção”, enfatizou o governador.

Mauro Mendes registrou que somente uma lei mais severa pode impedir que criminosos continuem ateando fogo. Ele explicou que a lei atual é frouxa e permite que o bandido pego colocando fogo saia da cadeia em poucas horas.

"Nós temos no país alguns desafios que precisam ser tratados de forma diferente. Devemos ter a coragem de agir dentro da legalidade e punir de forma severa", disse.

Segundo dados levantados pelo Governo de Mato Grosso e apresentados pelo governador, a maioria dos focos de incêndio ocorre em áreas de conservação, e não em áreas produtivas. Mauro também refutou a tese de que os incêndios estariam sendo provocados pelo agronegócio.

"Em média, os focos de incêndio estão divididos no estado em 1,1% para cada 100 km² nas áreas produtivas, 4,7% em área de conservação, 5,2% em área indígena, e 6,5% dos focos de incêndio por 100 km² nos assentamentos, ou seja, nas pequenas propriedades", ponderou

Mauro Mendes também destacou que o Governo de Mato Grosso tem feito sua parte para mudar essa realidade.

"O combate aos incêndios exige um esforço conjunto e investimentos robustos. Em seis anos de governo, já destinamos mais de R\$ 360 milhões para combater os incêndios florestais e o desmatamento ilegal, sendo R\$ 75 milhões somente neste ano. Essa luta exige planejamento e ações estratégicas, e estamos trabalhando incansavelmente para proteger nosso estado", concluiu.